



Conexões entre cultura escrita e teoria política na Primeira Modernidade: a trajetória de D. Lorenzo Suárez de Figueroa, II Duque de Feria (1559 - 1607)

MARCELLA MIRANDA\*

Neste texto, vamos analisar a trajetória de don Lorenzo Suarez de Figueroa, o II duque de Feria (1559-1607), com ênfase em três momentos particulares: a representação nos Estados Gerais (1593) e o “exílio” em Bruxelas (1594). O tema a ser discutido faz parte de uma pesquisa mais ampla de doutorado atualmente desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, que tem o objetivo de estudar os debates realizados entre os agentes (ou ministros, como eram designados por Felipe II) da Monarquia Hispânica que foram enviados à França após o Tratado de Joinville (1585). Vamos apresentar o percurso de um personagem que se destacou neste cenário, tanto pelos escritos, pelas ideias e também pelas atuações polêmicas. Não obstante, o que tornou o Duque de Feria mais interessante aos nossos olhos foi precisamente as suas conexões com o mundo da cultura escrita. A partir da reconstrução das relações entre a materialidade da escrita e abstração das ideias que construiremos a hipótese sobre o pensamento político do II duque de Feria. A metodologia de pesquisa que adotaremos será basicamente a análise da documentação diplomática do duque de Feria, guardada no *Archivo General de Simancas*, indagando e questionando o posicionamento de don Lorenzo à luz de outros escritos, notadamente a carta dedicatória que escreveu da obra do padre Juan Márquez, *El gobernador Christiano dedvcido de las vidas de Mousen, y Iosve, príncipes del Pueblo de Dios* (1625).

Don Lorenzo Suárez de Figueroa, I marquês de Villalba e II duque de Feria, era filho de don Gómez Suárez Figueroa, V conde de Feria e Lady Jane Dormer, dama da rainha Maria Tudor. Gómez fez carreira diplomática, acompanhou o príncipe Felipe na viagem ao norte da Europa e foi embaixador na Inglaterra. Em 1567 recebeu de Felipe II o título de Duque de Feria. As ocupações de don Gómez fizeram com que atribuísse a educação de seu filho ao irmão, homônimo deste, o bispo de Sigüenza. A primeira notável aparição do II duque de Feria nos holofotes da corte *madrileña* que se tem notícia foi em 1577, quando fora posto em prisão domiciliar por ordem do rei por ter se comprometido com várias damas da aristocracia e ter recusado a se casar com uma delas. Este escândalo já demonstrava a controversa personalidade do jovem aristocrata. Anos depois, Felipe II esqueceu esta desfeita e indicou don Lorenzo como enviado extraordinário a Roma para felicitar o novo papa, Gregório XIV. Em Roma foi recebido pelo embaixador António Fernandes

\*Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. Bolsista FAPESP.

Velasco, o V duque de Sessa. Feria estava em Roma quando foi nomeado representante de Felipe II na reunião dos Estados Gerais na França, aonde teve que esperar até que os deputados finalmente se reunissem em Paris em 1593.

No dia 2 de abril de 1593, don Lorenzo Suarez Figueroa, o II Duque de Feria, fazia sua entrada triunfante no palácio onde estava sendo realizada a reunião dos Estados Gerais, em Paris. O duque estava ali como nobre representante de Felipe II da Espanha (1556-1598). Segundo Feria, ele foi recebido pelos altos dignitários eclesiásticos e pelo filho do Duque de Mayenne, este que convocara a reunião, e logo foi encaminhado ao salão principal:

[...] Llegue al Palácio que llaman Ouvre, y al principio de la escalera me estauan esperando Gilberto ginebrardo arçobpo de Ayx Persona muy conocida por sus letras y virtud, u otro obispo y diputados de las otras camaras, y luego llego Emanuel hijo segundo del Duque de Umeyna, y el gouernador desta villa, y otras personas, y al cabo de la scalera estaua el Car<sup>l</sup> de Sans de Pontifical, (acompañado de otros perlados) a quien tomamos en medio Emanuel y yo y ya V M<sup>d</sup> sabe quan cuydadosos son los Card<sup>les</sup> en guardar sus Prehemineçias, y en esta horden, lleuando sus maçeros delante, venimos hasta una sala muy grande. la qual estaua colgada de tapiçeria, y aun lado un tablado alto adonde estauan la Duquesa de Guisa y sus hijas. y la Duquesa de Monpensier, y otras damas, y Por la sala bancos de los diputados de todas tres camaras q se juntaron, y en medio una mesa para los secretarios. Y mas delante un dosel y debaxo una tarima grande cubierta de Alhombas, y en medio del dosel una silla que estuvo vazia, la qual dizen q esta puesta para representar la persona real. <sup>1</sup> (AGS, EST, K, LEG. 1585, fol.34)

O relato Feria serve-nos de introdução ao nosso trabalho porque a reunião dos Estados Gerais de 1593 foi o acontecimento principal em torno do qual os agentes da Espanha foram mobilizados e instruídos a atuar, incluindo Feria. Em primeiro lugar, a reunião em que se juntaram os três estados ocorreu sem a presença de um rei reconhecido, por isso, segundo o relato, a cadeira real foi colocada no cenário, mas permaneceu vazia. Em segundo lugar, a reunião fora convocada

---

<sup>1</sup> Cheguei ao Palácio que chamam de Louvre, e ao princípio da escada estavam me esperando Gilberto Ginebrardo (Gilbert Génebrard) arcebispo de Aix, pessoa muito conhecida por suas letras e virtude, um outro bispo e deputados das outras câmaras e logo chegou Emanuel, segundo filho do Duque de Umeyna (Mayenne), e o governador da vila, e outras pessoas, e ao fim da escada estava o cardeal de Sans de Pontifical (acompanhado de outros prelados) a quem tomamos ao meio Emanuel e eu, e já sabe Vossa Majestade o quão cuidadosos são os cardeais em guardar suas preeminências, e nesta ordem, levando seus porta-bandeiras adiante, viemos até uma sala muito grande, a qual estava pendurada de tapeçeria, e de um lado um tablado alto onde estavam a Duquesa de Guisa (Guise) e suas filhas e a Duquesa de Monpensier (Montpensier) e outras damas, e pela sala bancos dos deputados de todas as três câmaras que se juntaram e ao meio uma mesa para os secretários. E mais adiante um dossel e debaixo um tablado grande coberto de almofadas e no meio do dossel uma cadeira que esteve vazia, a qual dizem que está posta para representar a pessoa real. Trad. nossa.

pelo Duque de Mayenne, o atual chefe da Liga Católica e proclamado pelo partido católico Lugar-tenente geral do reino. Aquele, pressionado por Felipe II, convocou os Estados Gerais em 1590, cuja concretização somente ocorreu três anos depois.

Quando os Estados Gerais finalmente se reuniram, as guerras de religião assolavam a França havia trinta anos. A partir de 1585, um novo cenário aparecia no horizonte: uma sucessão de acontecimentos precipitou a entrada definitiva de Felipe II na guerra, ao mesmo tempo em que aumentaram os conflitos entre Henrique III e a Liga Católica. Em 1584, o Duque de Alençon, herdeiro do trono e irmão mais novo de Henrique III, morreu sem deixar herdeiros. Esta situação fez com que o herdeiro mais próximo pela linha sucessória era Henrique de Bourbon, Duque de Vendôme e Príncipe de Béarne. Felipe II assinou o Tratado de Joinville com o então chefe da Liga Católica, o duque de Guise, o *Balafré*. O tratado previa a assistência financeira ao duque francês, cujo pagamento seria efetuado em duas parcelas e, além de impedir a ascensão de um governante protestante no trono de São Luís, tinha o intuito de isolar a França quando os empreendimentos navais contra a Inglaterra fossem colocados em marcha.

Avancemos um pouco no tempo. Agosto de 1589. O fracasso retumbante da Invencível Armada já era conhecido nas principais cortes europeias, o Duque de Guise tinha sido assassinado, junto com o irmão, o cardeal de Guise, pela guarda real de Henrique III. Assim, a liderança da Liga católica passou para o malfadado Duque de Mayenne, irmão dos Guise assassinados. Diante das condições de extrema instabilidade e insegurança, Henrique III também sofreu a mesma fortuna dos seus inimigos: em agosto de 1589, fora assassinado por um jovem dominicano. (VÁZQUEZ DE PRADA, 2004: 330) Daí em diante, a batalha principal foi travada entre os *ligueurs* e as forças reunidas em torno de Henrique de Bourbon, huguenotes e católicos neutros, chamados pejorativamente de *politiques*.

Em 1591, Felipe II parecia estar esperançoso com as boas intenções do novo papa, Gregório XIV, de ajudar a causa católica com as armas temporais e espirituais.<sup>2</sup> As armas temporais decerto não eram somente as armas de fato, a força militar, mas somavam-se os recursos financeiros e o poder de convencimento do discurso. Para o rei prudente, este último revelar-se-ia fundamental. A ascensão de um rei ou rainha teria mais validade se, além da força das armas, se revestisse com um

---

<sup>2</sup> “Que auran ya visto agora muestras de lo que su S<sup>d</sup> dessea ayudar a los cat<sup>cos</sup> de Fran<sup>a</sup> y demas de esto ay Indicios çiertos de que los quiere ayudar con armas spirituales y temporales - en que Su M<sup>d</sup> le va apretando con la Instancia que conui<sup>e</sup> y de su parte haze y hara lo possible para su bien por todas las vias y formas que se pudiere”. (AGS, EST, K, LEG.1450, fol.19).

véu de legalidade. Pela pressão de Felipe II, o Duque de Mayenne convocou os Estados Gerais, também designados de *États de la Ligue*. Isso resultou na proposta da eleição de um rei católico pela assembleia – o órgão representativo do reino - com poder suficiente para conferir o status legítimo ao novo soberano. Não obstante, o resultado foi o contrário que se esperava.

Mas o que um representante do rei católico estava fazendo ali, em Paris, assistindo aos Estados Gerais, no coração e no furacão da guerra? O Duque de Feria havia recebido a nada fácil incumbência de propor e defender a candidatura desejada por Felipe II, a da infanta Isabel Clara. Desde meados dos anos 1580 estavam sendo preparadas as consultas jurídicas e teológicas para preparar os principais argumentos para convencer os deputados pela causa da infanta e, principalmente, neutralizar a lei sálica. Vale lembrar, a infanta era a filha mais velha de Isabel de Valois, terceira esposa de Felipe II, que por sua vez era filha de Henrique II e irmã do finado Henrique III. O que Felipe II demorou a perceber foi que, neste caso, as armas retóricas e jurídicas teriam pouco peso diante da obstinada rejeição dos deputados (e dos franceses de modo geral) a um governante estrangeiro. O ramo aristocrata dos Guise-Lorraine-Aumale era rejeitado precisamente por ser considerado estrangeiro, apesar dos laços consanguíneos com os Valois.

Logo que chegou à França, no começo de 1593, Feria passou a enviar relatos nada animadores para Madrid. A retirada dos exércitos do duque de Parma para o norte desproveu a causa espanhola de apoio militar, e os pedidos desesperados de Feria e outros agentes para que as tropas dos Países Baixos fossem mandadas de volta à França não recebiam resposta. Enquanto isso, Henrique de Bourbon se estabeleceu em Saint-Denis, uma proximidade da capital nada conveniente para os espanhóis. Não bastasse Felipe II ter que lidar com suas próprias Cortes que estavam em sessão desde 1592, Feria solicitava dinheiro para *entreter* os deputados dos Estados Gerais, cuja situação precária fazia com que ameaçassem voltar para suas casas. (AGS, EST, K, LEG.1585. fol.16 e fol.34) Nesse cenário conturbado e com poucos recursos, temos a pista de que Feria, na verdade, não estava certo de que a guerra deveria ser levada adiante.

A relação que Feria estabeleceu com as Sagradas Escrituras foi bastante peculiar para um católico a serviço do rei da Espanha. Na correspondência diplomática que analisamos, don Lorenzo utilizou diversas vezes referências ao texto bíblico. Em uma destas passagens, destaca-se um conselho extraído do evangelho que é a base do argumento que utilizamos para refutar as afirmações de Valentín Vázquez de Prada de que Feria seria um defensor da guerra. Aquele afirmou

que a perspectiva tomada por Feria era, até mesmo para os padrões da época, conservadora e irreal. (VÁZQUEZ DE PRADA, 2004: 427)

Em 28 de fevereiro de 1593, Feria escreveu ao secretário de Felipe II, Juan de Idiáquez, um relato sobre o que se passava na França. Mais do que um relato, os argumentos soavam como advertência sobre a condução dos negócios no reino de São Luís:

La grandeza deste Rey<sup>o</sup> es bien notoria y quan grande empresa es la que le trae entre manos por lo qual conuiene tantearse las fuerzas que ay pa ella y que estas no falten a mejor tpo, o, si no tomar otro exped<sup>e</sup> por no caer la burla y mofa q dize el evangelio q se haria de aquel q emeçasse a edificar sin poder acauar su obra, nosotros venimos sin pte ni dinero teniendo por contrarios todos los q V S sabe.<sup>3</sup> (AGS, EST, K, LEG.1585. fol.34).

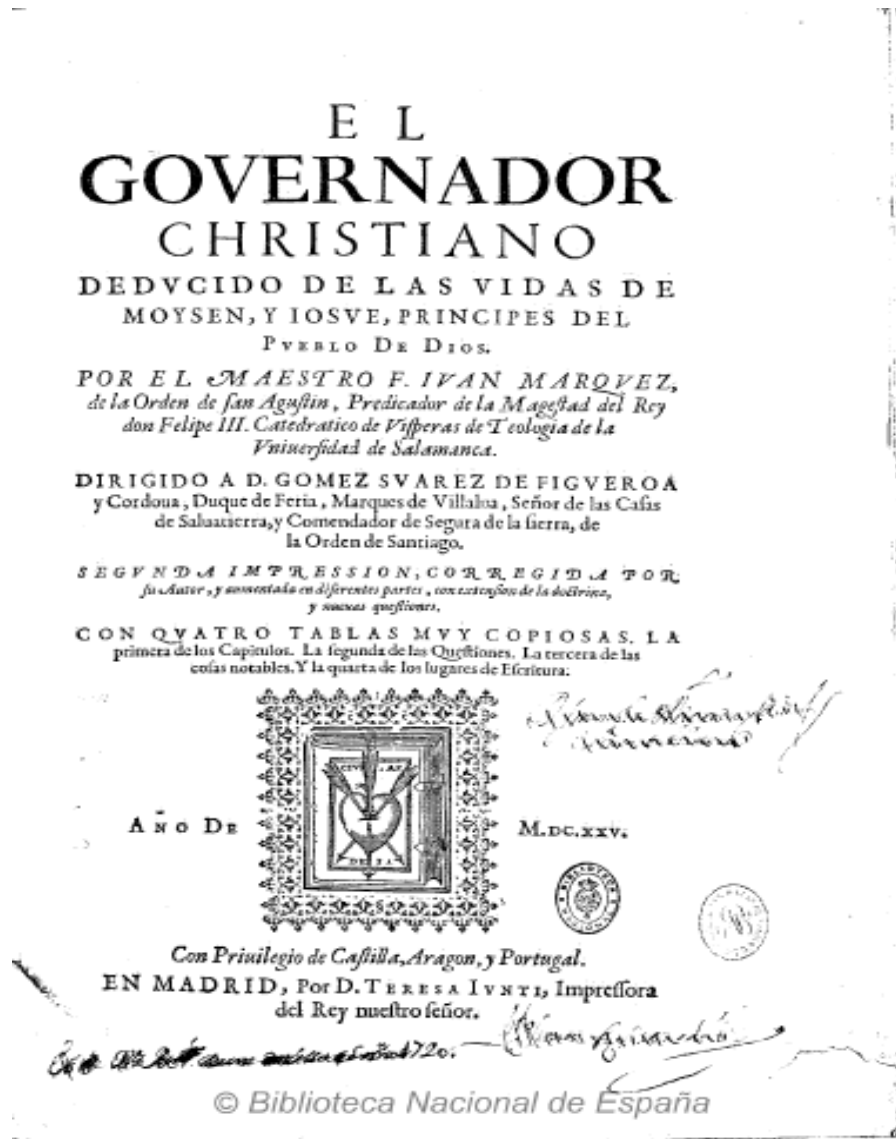
O conselho de don Lorenzo foi um pouco atrevido mesmo para um aristocrata e embaixador próximo ao rei. Aquele foi retirado da exortação de São Lucas a seus seguidores, denominada de **Renúncia a todos os bens (14: 28-33)**.

Quem de vós, com efeito, querendo construir uma torre, primeiro não se senta para calcular as despesas e ponderar se tem com que terminar? Não aconteça que, tendo colocado o alicerce e não sendo capaz de acabar, todos os que virem comecem a caçoar dele, dizendo: ‘Esse homem começou a construir e não pode acabar!’ Ou ainda, qual o rei que, partindo para guerrear com outro rei, primeiro não se senta para examinar se, com dez mil homens, poderá confrontar-se com aquele que vem contra ele com vinte mil? Do contrário, enquanto o outro ainda está longe, envia uma embaixada para perguntar as condições de paz. Igualmente, portanto, qualquer de vós, que não renunciar a tudo que possui, não pode ser meu discípulo. (*Bíblia de Jerusalém*, 2002, p.1816)

Após a apresentação destas primeiras conexões entre a as ideias manifestadas pelo duque de Feria nas e o texto das Sagradas Escrituras, estamos prontos para comparar os escritos diplomáticos com outro texto redigido por Feria, dez anos mais tarde. Trata-se da carta de apresentação do tratado político do frade agostiniano Juan Márquez, *El gobernador cristiano deducido de las vidas de Moyses y Josue*. A primeira edição foi publicada em 1612, em Salamanca.

---

<sup>3</sup> A grandeza deste reino é bem notória e quão grande empresa é a que traz entre mãos, pelo qual convém averiguar as forças que há para aquela e que estas não falem a melhor tempo, ou, senão, tomar outro expediente para não cair na burla e mofa que diz o Evangelho que se faria daquele que começasse a edificar sem poder acabar a sua obra, nos viemos sem parte nem dinheiro, tendo por contrários todos os que Vossa Majestade sabe. Trad. nossa.



Frontispício da edição de 1625

Como vimos, a obra foi dedicada a don Gómez Suárez de Figueroa, III duque de Feria, filho do personagem que estudamos aqui. Logo na dedicatória, Márquez ressaltou que o livro inicialmente seria dedicado a don Lorenzo, “por auer sido suya la eleccion del argumento”. (MÁRQUEZ, 1625) Logo a seguir, apresenta-se a carta dedicatória de don Lorenzo ao autor da obra. No começo, o embaixador apresenta o argumento central do teólogo agostiniano: que a bíblia poderia sim ser utilizada para retirar [bons] conselhos políticos. Assim, explicou os seus pontos:

Y aunq efa edad produce (fegun dicen) eminentes Teologos, q vnos llaman fuites y otros copiofos, otros de buena eleccion; todo viene a parar en cofas de las Efcuelas para dentro, q los

ignorantes no alcançamos, ni aun tãpoco hemos menefer; y entre los de la mifma facultad fe queda cada vno cõ fu opiniõ, fi por defdicha no fe pudiffe llamar intento, o parcialidad. Pero efto fe quedara para los q los pueden juzgar, q a mi, y a los femejantes mas nos haze al caso doctrina para encaminar la emieda de la vida: y efa de ninguna parte fe puede facar, ni el vigor neffesario para efte fin, q de la noticia de las cofas de Dios, y dichos de sus Sãtos. Que la fagrada Efcritura no ande en vulgar es muy justo; pero querer excluyr del conocimiento de fus mifterios à los q no han entrado por las puertas de la Sumula, y Artes, parece q es sentir baxamete del Baptifmo, q nos recibe por hijos propios.<sup>4</sup> (IBIDEM)

O preâmbulo da carta dedicatória é revelador porque Feria não somente endossa o projeto do autor, mas também se estende na justificativa, demonstrando algumas divergências com o que algumas determinações tridentinas. Logo, o conhecimento deveria sair das salas de aula e alcançar as mentes comuns. O mérito de Juan Márquez foi se deslocar do ideal para o real, ao conformar à prática os ensinamentos dos textos sagrados. Logo a seguir, Feria divagou sobre um pensamento que tinha, durante toda a trajetória como homem público na qual se envolveu em atividades perigosas,

[...] Por las contradicciones de lo vtil con lo honefto, el pefo que han de tener las cofas no tan buenas, ò medios humanos q exceden de fu limite, y que por otra parte ef menefer algun tanto de lo que el miniftro no fiete, ni aprueba: y en medio de todo ello, el juyzio incierto de los fueffos con los propios, à cuyo fervicio fe va encaminando; que fon eftas cõfufiones tales, que bueluen en tofigo lo que el mundo mas celebra; y viuen los Gouernadores, y Embaxadores (que todo lo he prouado) manidos [...].<sup>5</sup> (IBIDEM)

O clamor de Feria nada tinha de excepcional, uma vez que o debate político travado entre os tratadistas e também entre os homens da prática política, no final do século XVI e começo do XVII, ocorria em torno da razão de Estado. (FERNÁNDEZ-SANTAMARÍA, 1987) A contradição que

---

<sup>4</sup> E ainda que esta idade produz (segundo dizem) eminente teólogos, que uns chamam sutis e outros copiosos, outros de boa eleição; tudo vai parar nas coisas das Escolas para dentro, que os ignorantes não alcançamos, nem ainda tampouco somos mister; e entre os da mesma facultade fica cada um com sua opinião, se por desdita não se pudesse chamar intento, ou parcialidade. Mas isso fica para os que podem julgar, que a mim, e aos semelhantes mais nos vem al caso doutrina para encaminha emenda da vida; e esta de nenhuma parte possa sacar, nem o vigor necessário para este fim, que da notícia das coisas de Deus, e ditos de seus Santos. Que a Sagrada Escritura não ande em vulgar é muito justo; mas querer excluir do conhecimento dos seus mistérios é sentir baixeza do Batismo, que nos recebe por próprios filhos. Trad. nossa.

<sup>5</sup> Pelas contradições do útil com o honesto, o peso que há de ter as coisas não tão boas, ou meios humanos que excedem de seu limite, e que por outra parte é mister algum tanto do que o ministro não sente, nem aprova: e no meio de tudo, o juízo incerto dos sucessos com os próprios, a cujo serviço vai-se encaminhando; que são estas confusões tais, que se tornam tóxicos o que o mundo mais celebra, e vivem os Governadores e Embaixadores (que tudo tem provado) deteriorados e cozidos. Trad. nossa.

don Lorenzo mencionou no trecho anterior faz parte de toda uma ampla discussão, impulsionada por Nicolau Maquiavel, entre o dualismo da ética e a política, ou melhor, entre a moral cristã e as demandas puramente terrenas da arte de governar (SENELLART, 2006). Nesse contexto, o embaixador ressaltou o esforço de apropriação dos conselhos bíblicos, à maneira como expõe Juan Márquez, como uma resposta a essa tendência, como deveria Feria pensar, de crescente secularização da política. Mas os ensinamentos contidos nas Sagradas Escrituras nem sempre se traduziam na defesa de uma intransigente política católica mas, às vezes, como demonstramos na apropriação que Feria que fez do Evangelho de São Lucas; às vezes, poderia apenas sugerir ao governante o uso da prudência política.

Mas o debate não se limitou ao círculo mais erudito dos tratadistas políticos e da teoria política. Isso pode ser comprovado pelas palavras de Feria. Em continuidade ao texto da carta dedicatória, o embaixador relatou que esteve na casa do Duque de Sessa, embaixador em Roma, no ano de 1592 e ouviu-o dizer que havia encomendado um livro sobre as obrigações dos estados a Fray Luís de León e Marco António de Camos. (FERIA; MÁRQUEZ, 1625) Este encontro e esta conversa são indícios claros de que as ideias circulavam em diferentes espaços de poder, eram debatidas e refletidas. Mais do que isso, a conversa entre ambos embaixadores produziu resultados práticos, por meio da encomenda de tratados políticos e do apadrinhamento dos autores. Assim, sob tutela do Duque de Sessa, Marco António de Camos y Requesens redigiu o diálogo *Microcosmia y gobierno universal del hombre Christiano para todos los estados y qualquiera dellos*, publicado em Barcelona em 1592. Esta obra parece ir ao encontro da proposta de Juan Márquez, endossada por Feria, de estender a aplicação dos ensinamentos das Sagradas Escrituras aos diversos estados, termo aqui empregado na acepção usual da época, como sinônimo de estamentos. Se a prudência era comumente atribuída às lições extraídas e aprendidas pela história e pela experiência (FERNÁNDEZ-SANTAMARÍA, 1987, P.183), que exemplo melhor poderia dar o texto bíblico?

Las materias difputadas, y tratadas de propofito, no entran tanto, ni fe perfuaden, como prouadas con los exeplos, y estos por ninguna via tã bien como cõ la hiftoria, la qual efcrita folamente con la verdad de los acaecimientos, fin que fe defcrubran los cõsejos, y se haga juyzio de los discursos, y suceffos, tiene fequedad, y poca utilidad. Eftas son las causas, por donde de los Historiadores modernos, y que efcriuen en fus lenguas vulgares, han fido eftimados, Francifco

Guichardino, Geronimo Zurita, y sobre todos Filipo de Comines<sup>6</sup>, Señor de Argenton. Bien veo que ay diferencia entre efcriuir hiftoria general de Prouincia, o uida particular de personas; pero la *doctrina, y el consejo es igual para el uno, y otro genero, y para ninguno tan neceffaria, como para quien fe encargaffe cõ aquefte fin de efcriuir las vidas de aqueftos personajes, y otros semejantes.*<sup>7</sup> (FERIA; MÁRQUEZ, 1625)

O conteúdo deste trecho da dedicatória é relevante porque permite Feria dar um passo adiante ao associar um projeto político com uma determinada visão da história, a história *moderna*, cujo propósito maior da produção deve se colocar acima dos diferentes gêneros da escrita. Pouco seria proveitoso *sem que se descubram os conselhos e façam juízo dos discursos...* Os historiadores descritos por Feria são normalmente destacados pela ênfase que deram à narrativa da história *moderna*, em detrimento do discurso laudatório sobre os exemplos dos antigos. A partir da apresentação desta relação entre Feria e a obra de Juan Márquez, vamos discutir um documento redigido por Feria, em 1594, que conhecemos somente a cópia, que se encontra no Archivo General de Simancas, descrito como *Copia del parecer que dio el Duc de Feria sobre lo q se propuso en la junta de los 25 de Ag<sup>to</sup> 1594*. Mas antes, vamos descrever os acontecimentos que ocorreram na França entre 1593 e 1594 que contextualizam o documento.

A proposta de Felipe II nos Estados Gerais foi um verdadeiro fracasso, ainda mais porque Henrique de Bourbon fora esperto o suficiente para desviar os ventos da fortuna a seu favor. Aproveitando a reunião dos deputados, Henrique realizou várias audiências com representantes dos três estados, estratégia essa desesperadamente denunciada por Feria a Felipe II. (AGS, EST, K, LEG.1585, fol.84) O resultado destes *concertos* é bem conhecido pela historiografia: no dia 25 de julho de 1593, na basílica de Saint-Denis, Henrique de Bourbon abjurou da fé protestante. Com esta jogada (sincera ou não), Henrique de Bourbon tornou-se Henrique IV. Como bem lembrou Feria e o

---

<sup>6</sup> Phelippe de Commynes, historiador francês do século XV, chamado de novo Tácito e destacado por Justo Lúpsio na Política, cuja obra esteve bastante presente na biblioteca da nobreza espanhola. BOADAS, Sonia. Libros y librerías. La recepción de Commynes en España. In: *Edad de Oro*, XXXIV, 2015. pp.101-114. p.114

<sup>7</sup> As matérias disputadas e tratadas de propósito não entram tanto, nem se persuadem, como provadas com os exemplos e estes por nenhuma via tão bem como com a história, a qual escrita somente com a verdade dos acontecimentos, sem que se descubram os conselhos, e se faça juízo dos discursos, e sucessos, tem aridez e pouca utilidade. Estas são as causas, por onde os historiadores modernos, e que escrevem em suas línguas vulgares, tem sido estimados, Francisco Guicciardini, Jerónimo Zurita e sobretudo Phelippe de Commynes, senhor de Argenton. Bem vejo que há diferença entre escrever história geral de província, ou vida particular de pessoas; mas a doutrina, e o conselho é igual para um e outro gênero, e para nenhum tão necessária, como para quem se encarregasse com este fim de escrever as vidas de estes personagens e outros semelhantes. Trad. nossa.

outro agente espanhol, don Diego de Ibarra, a guerra agora se fazia entre o rei da França e o rei da Espanha. (AGS, EST, K, LEG.1590, fol.95) (AGS, EST, K, LEG.1590. fol.2)

A rejeição à candidatura da infanta fora muito grande, e logo o parlamento rejeitou a proposta. Diante das dissensões entre a nobreza católica, alimentada entre outras coisas pela animosidade aberta entre o Duque de Mayenne e o seu sobrinho, o jovem Duque de Guise, os Estados Gerais foram incapazes de eleger um rei católico. As tréguas concertadas por Henrique IV surtiram efeito, pois em março de 1594 conseguira conquistar Paris. A guarnição espanhola, pega de surpresa, recebeu um salvo-conduto para deixar a França, e igualmente o duque de Feria e outros agentes de Felipe II. Esta cena ficou imortalizada na gravura de Leon Gautier, na qual o novo rei da França observa do alto a humilhante retirada dos espanhóis:



O duque de Feria e o restante da comitiva se dirigiram à Bruxelas. O governador, o conde Fuentes, foi logo substituído pelo arquiduque Ernesto. Este último convocou uma reunião com vários conselheiros, letrados e militares, na qual Feria esteve presente, cujo tema principal foi a continuidade ou não da guerra. Segundo Vázquez de Prada, don Lorenzo se recusou a dar seu

parecer porque preferiu aguardar ordens de Felipe II sobre o assunto. (VÁZQUEZ DE PRADA, 2004: 429) Por que teria se recusado? Somente podemos pressupor que preferia a prudência e discrição em um assunto polêmico, mas já sabemos que estas não eram as “qualidades” de Feria. Quando as notícias chegaram de Madrid, Feria redigiu o seu parecer sobre a decisão de Felipe II de continuar a guerra.

[...] No dexé de dar a entender mi parecer en muchas destas cosas q se tratan pues modo de discurso, la resol<sup>on</sup> q su Md toma en abraçar esta guerra de Fran<sup>a</sup> solo por el fin de la religion como lo muestran las obras pues en razon de estado q an ido por el mundo muchas oppiniones diuersas, es tanto de alabar y tan necess<sup>a</sup> para la religion sin la qual no se puede conseruar el estado de quien quiere ser verdaderam<sup>te</sup> cat<sup>co</sup> q si para esto fuesse necess<sup>o</sup> venderse la mitad de la Corona de España seria cosa muy bien empleada por la ventaja q hazen las cosas de la religion a todas las demas [...]<sup>8</sup>(AGS, EST, K, LEG.1590, fol.95)

Uma leitura superficial deste parecer leva-nos a acreditar que Feria era um notável defensor da continuidade da guerra com a França. Mas este documento deve ser interpretado em comparação com as outras cartas de Feria e também por outros escritos, como a carta dedicatória a Juan Márquez. Feria esteve no coração do conflito em Paris e sabia como ninguém das precárias condições militares e financeiras da Monarquia Hispânica para sustentar a guerra. Desse modo, o conselho retirado do Evangelho de São Lucas volta mais uma vez à tona: se o rei decidiu levar adiante a empresa, deve-se fazer o possível para vencê-la, *expediente para não cair na burla e mofa que diz o Evangelho que se faria daquele que começasse a edificar sem poder acabar a sua obra*. Se Felipe II decidiu por fim continuar a guerra, deveria reunir todos os recursos possíveis, pois fazer a guerra era para vencer. Por isso, a utilização da exortação do Evangelho de São Lucas que Feria fez a Juan de Idiáquez, que mencionamos anteriormente, parece ser mais uma advertência para não continuar a guerra se não tivesse recursos para tal; se for para vencer, nem que fosse para vender metade da coroa da Espanha. Pode-se dizer que o argumento do Duque de Feria esteve ancorado em uma razão de Estado católica, que reconhecia, por outro lado, os limites da ação política que, ainda que fosse empreendida em nome da religião, não tivesse condições materiais para tanto. Todo o

---

<sup>8</sup> Não deixei de dar a entender meu parecer em muitas coisas que se tratam pois a modo de discurso, a resolução que Sua Majestade toma em abraçar esta guerra de França somente pela finalidade da religião como o mostram as obras pois em razão de Estado que tem ido pelo mundo muitas opiniões diversas, é tanto de enaltecer e tão necessária para a religião sem a qual não se pode conservar o estado de quem quer ser verdadeiramente católico que, se para isso fosse necessário vender metade da Coroa de Espanha seria coisa muito bem empregada pela vantagem que fazem as coisas da religião a todas às demais

enaltecimento que Feria faz da religião nos parece, à luz de outras fontes, uma estratégia retórica para responder aos católicos franceses que criticavam os poucos recursos que estavam recebendo de Felipe II. Dias antes da queda de Paris, em 20 de março de 1594, Feria descreveu ao rei como respondia aos críticos sobre a falta de recursos espanhóis e o atraso para a chegada o exército de Flandres:

[...] auiendo V Md los años que ha Reynado tratado las materias de estado con la regla de la religion y aborrecido los medios politicos creyesse que en cosa tan loable no mudara con la edad sino reconoçera cada dia con mayores prueuas las mercedes q de Dios auia recibido en sacarle glorioso de sus enemigos sin abaxarse a lo que nunca auia hecho [...] <sup>9</sup> (AGS, EST, K, LEG.1590, fol.44)

O II duque de Feria foi um homem da prática política, erudito e mecenas. Apresentamos neste trabalho o percurso traçado entre os anos de 1593 e 1594, momento chave para a intervenção espanhola nas guerras da França. Feria deixou transparecer como ninguém a tensão que o discurso da razão de Estado provocava nas ideias e na cabeça dos homens, e tentava, a sua maneira, dar uma resposta que considerava mais adequada para a condução dos homens de Estado. O texto que apresentamos aqui se concentrou na análise das fontes que foram selecionadas no Archivo General de Simancas. A próxima etapa será a investigação do fundo documental da Casa Ducal de Medinaceli, atualmente detentora do título do Ducado de Feria. Espera-se que este novo escopo documental, que inclui os diários de viagem do Duque de Feria, possa iluminar e esclarecer as ideias políticas e as escolhas feitas por este personagem.

*Abreviaturas:*

*Archivo General de Simancas* - Estado - Francia - AGS, E, K

*Bibliografia:*

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

---

<sup>9</sup> Tendo Vossa Majestade os anos que tem reinado tratado as matérias de Estado com a regra da religião e aborrecido os meios políticos, cresse que em coisa tão louvável não mudará com a idade, senão reconhecerá cada dia maiores provas as mercês que de Deus havia recebido em tirar-lhe glorioso de seus inimigos sem rebaixar-se ao que nunca havia feito. Trad nossa.

- BLACK, Antony. *El pensamiento político en Europa, 1250-1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Editora Martins Fontes, 1984. vol II.
- BRUNET, Serge. Una religiosidad hispánica en Francia y en Europa en los siglos XVI y XVII? In: RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. (coord.) *Las vecindades de las Monarquías ibéricas*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013
- BRUNET, Serge. Entre la armada invencible y las barricadas parisinas. Felipe II y la Liga. In: RUIZ IBÁÑEZ, José Javier & DUBET, Anne. Op. cit.
- BRUNET, Serge. Philip II et la ligue parisienne (1588). In: *Revue Historique*, t. CCC-XII, 2010/4, n°656. pp.795-844.
- CÁRCELES DE GEA, Beatriz. El recurso de fuerza en los conflictos entre Felipe II y el papado. La plenitudo quaedam iuris. In: *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Hist<sup>a</sup> Moderna, t.13, 2000. pp.11-60.
- CHABOD, Federico. *Escritos sobre el renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- CLAVERO, Bartolomé. *Razón de estado, razón de individuo, razón de historia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.
- CROUZET, Denis. *Dieu en ses royaumes. Une histoire des guerres de religion*. Seyssel: Champ Vallon, 2008.
- CROUZET, Denis. *La sagesse et le malheur. Michel de L'Hospital, chancelier de France*. Seyssel: CHAMP VALLON, 1998.
- DAVIES, Joan-M. The duc de Montmorency, Philip II and the House of Saboy: a neglect aspect of the sixteenth-Century French civil-wars. In: *English Historical Review*, 105, 1990. pp.870-892.
- DESCENDRE, Romain. Raison d'État, puissance et économie. Le mercantilisme de Giovanni Botero. In: *Revue de métaphysique et de morale*. 2003/3, n° 39. pp.311-321

- DESCIMON, Robert. Qui étaient les Seize ? Mythes et réalités de la Ligue parisienne (1585-1594). In: *Memoires de la Federation des societes historiques et archeologiques de Paris et Ile-de-France*, t. XXXIV. Paris: Klincksieck, 1983. pp. 7-300.
- ECHEVERRÍA, J. P. *La razón de Estado en Espana: Siglos XVI – XVII*. Selección y edición de Jesús Castillo Vegaset al. Madrid: Tecnos, 1998.
- ELLIOTT, John. *A Europe of Composite Monarchies*. In: *Past and Present*, (1992) 137 (1). 1992. 48-71.
- ELLIOTT, John. *La España imperial*. Barcelona: Ediciones Vicens Vives, 2005.
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Fragmentos de monarquía. Trabajos de historia politica*. Madrid: Alianza Editorial, 1992
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2008.
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Entre la razón católica y la razón de estado. Senderos de la *raison politique* en la Monarquía de España. In: BÉLY, Lucien. HAAN, Bertrand. JETTOT, Stéphane. (eds) *La paix des Pyrénées (1659) ou le triomphe de la raison politique*. Paris: Les classiques Garnier, 2005. pp.37-49.
- FERNÁNDEZ ALVAREZ, Manuel. *Tres embajadores de Felipe II en Inglaterra*. Madrid: CSIC/Instituto Jerónimo Zurita, 1951.
- FERNÁNDEZ-SANTAMARIA, José António. *Razón de Estado y política en el pensamiento español del barroco. (1595-1640)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987.
- FIGUEROA Y MELGAR, Alfonso. Los Suárez de Figueroa, de Feria y Zafra. In: *Revista de Estudios Extremeños*, XXX, 1974. pp.493-524.
- FRIGO, Daniela. Prudence and Experience: Ambassadors and Political Culture in Early Modern Italy. In: *Journal of Medieval and Early Modern Studies*. 31:1, winter 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- FLORENZANO, Modesto. *Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente*. *Lua Nova*, São Paulo, 71: 11-39, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIL PUJOL, Xavier. *La fábrica de la monarquía. Traza y conservación de la monarquía de España de los Reyes Católicos y los Austrias*. Madrid: Real Academia de Historia, 2016.

GIL PUJOL, Xavier. La razón de estado en la España de la contrarreforma. Usos y razones de la política. In: *La razón de estado en la España moderna*. València: Publicaciones de la Real Sociedad de Amigos del País, 2000

IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José Maria. <<El intento que tiene S.M. en las cosas de Francia>>. El programa hispano-católico ante los Estados Generales de 1593. In: *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie IV, H.<sup>a</sup> Moderna, t.7, 1994. pp.331-348.

IÑURRITEGUI RODRÍGUEZ, José Maria. *La Gracia y la República. El lenguaje político de la teología católica y el príncipe Cristiano de Pedro de Ribadeneyra*. UNED: Madrid, 1998.

KAMEN, Henry. *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

KOENIGSBERGER, Helmut. G. Monarchies and parliaments in early modern Europe. *Dominium Regale or Docminium Politicum et Regale*. In: *Theory and Society*, nº 2, vol 5, 1978. pp.191-217.

LADURIE, Emanuel Le Roy. *O Estado monárquico. França:1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LOOMIE, Albert J. *The Spanish Elizabethans. The english exiles at the court of Philip II*. New York: Fordham University Press, 1963

MARAVALL, José Antonio. *Estado Moderno y mentalidad social*. Madrid: Alianza Editorial, 1986. Vols I e II.

MARTÍNEZ MILLÁN, José. La corte de la Monarquía Hispánica. In: *Studia Historica. Historia Moderna*. 28, 2006. pp.17-61.

MARCOS MARTÍN, Alberto. De Monarquía Compuesta y Reinos descompuestos: La idea de conservación y las enajenaciones del patrimônio régio en la Castilla de los siglos XVI y XVII. In: *Actas de la XI reunión científica de la fundación española de historia moderna*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012

MARQUEZ, Juan. *El governador Christiano dedvcido de las vidas de Mousen, y Iosve, príncipes del Pueblo de Dios*. Madrid: por Teresa Ivnti, impreffora del rey nuestro señor, M.DC.XXV.

MATTINGLY, Garret. International diplomacy and international law. In: WERNHAM, R. B (ed). *The new Cambridge modern history. The counter-reformation and price revolution. 1559-1610*. Vol III. Cambridge: Cambridge University press, 1971. p. 163

- MEGIANI, Ana Paula Torres. Contar coisas de todas as partes do mundo: as Relaciones de Sucesos e a circulação de notícias escritas no período filipino. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja. (org). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- MEGIANI, Ana Paula Torres & ALGRANTI, Leila Mezan. (coord) *O Império por escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. (séc. XVI-XIX)* São Paulo: Alameda, 2009.
- POCOCK, John. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.
- RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. (coord.) *Las vecindades de las Monarquías ibéricas*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. & DUBET, Anne. *Las monarquías española y francesa (siglos XVI-XVIII). Dos modelos políticos?* Madrid: Casa de Velázquez, 2010.
- RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. *Laberintos de hegemonía. La presencia militar de la Monarquía Hispánica en Francia a finales del siglo XVI*. Valladolid: Colección Síntesis XV, 2012.
- RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. Entre Aguirre y el Gran Rey. Los discursos de la elección de Felipe II al trono de Francia en 1591. In: MARCOS MARTÍN, Alberto. (coord) *Hacer historia desde Simancas. Homenaje a Jose Luis Rodríguez de Diego*. Valladolid, Junta de Castilla y León. 2011. pp.701-724.
- RUIZ IBÁÑEZ, José Javier. Una Monarquía sin razón... de Estado. Los escritos tardios de Jean Boucher. In: *Res Publica*, n.19, 2008. pp. 157-173.
- SEHELLART, Michel. *As Artes de Governar*. 01ª ed. São Paulo: Editora 34, 2006.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SORIA, J.M. Nieto. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla*. Madrid: EUEDEMA, S. A (Ediciones de la Universidad Complutense, S. A), 1988.
- THOMPSON, I. A. A. *Oposición política y juicio del gobierno en las Cortes de 1592-98*. In: *Studia Historica, Historia Moderna*. 17, 1997, pp.37-62.
- TIERNO GALVÁN, Enrique. El tacitismo en las doctrinas políticas del siglo de oro español. In: Murcia: *Anales de la Universidad de Murcia*. (Curso 1947-1948), 1949. pp.895-988.
- VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. *Felipe II y Francia. Política, religión y razón de estado (1559-1598)*. Navarra: EUNSA, 2004.

VIENNOT, Eliane. *Marguerite de Valois. “La reine Margot”*. Paris: Perrin, 2005.

VIROLI, Maurizio. *From politics to reason of State. The acquisition and transformation of the language of politics. 1250-1600*. Cambridge (NY): Cambridge University Press, 1992.